

Conflito e Cooperação nas Relações Econômicas do Brasil e Argentina

Luiz Carlos Delorme Prado^()*

1 Considerações Preliminares

Um dos temas mais fascinantes da literatura do desenvolvimento é a inversão da posição da Argentina e Brasil como a principal economia da América do Sul. A decadência econômica relativa argentina a partir de 1930, contrasta com as elevadas taxas de crescimento da economia brasileira no mesmo período. Ainda em 1920, o PIB argentino era em termos absolutos pelo menos 20 % maior que o Brasileiro, enquanto a população deste país era mais de quatro vezes maior que a Argentina. Desde 1930, por meio século o Brasil, ao contrário da Argentina, foi um dos países de mais rápido crescimento econômico no mundo. Nas seis décadas compreendidas entre 1930 e 1980 o crescimento brasileiro foi sistematicamente maior que o da Argentina,. Esta relação inverteu-se, apenas na década de 1990, quando os dois países sofreram juntos a tragédia das políticas do liberalismo doutrinário que assolou os países em desenvolvimento neste fim de século.

As explicações desta diferença de desempenho são de grande complexidade, o que me fazem compartilhar a visão de Diaz Alejandro que sustenta que o declínio argentino constitui-se “...uma das mais enigmáticas e mal compreendidas histórias nacionais na literatura do desenvolvimento. Entretanto, pode-se ter uma pista para a solução deste problema no estudo das diferenças nas políticas econômicas desses dois países. Sustento que as principal distinção entre as duas políticas são (i) o pragmatismo e flexibilidade das políticas econômicas brasileiras, que adaptavam-se às circunstâncias, de um século de rápidas transformações, e não procuravam que as circunstâncias se adaptassem a elas; (ii)- A persistência desse país em seguir políticas deliberadas de industrialização, procurando brechas quando as condições internacionais eram adversas, negociando sempre que possível, ousando quando necessário.

As políticas econômicas argentinas, em sentido contrário, (i) eram pouco flexíveis, isto é, demoravam-se a alterar-se, quando as condições mudavam. Isto fica evidente na demora de pelo menos quinze anos, em relação ao Brasil de iniciar políticas deliberadas de industrialização, ou, ainda, na desastrosa política de relações

exteriores Argentinas, neutra durante a guerra, pouco habilidosa com os EUA entre 1950 e 1970, e finalmente, a mudança súbita para as “relações carnavais” com este país a partir da década de 1980. A Segunda característica das políticas econômicas argentinas foi a pouca consistência de sua estratégia, com combinação de políticas de abertura unilateral com a de substituição de importação, combinando o pior de cada uma delas. Em 1962-63; em 1975, entre 1976 e 1982, e a partir de 1990 a Argentina adotou políticas de eliminação de barreiras tarifárias e não tarifária, moeda sobrevalorizada, levando a déficits em conta corrente e aumento do endividamento externo, sem que isto tenha trazido benefícios a economia doméstica. (Lavagna, 1999, p.4).

Na década de 1990 houve relativa convergência nas políticas econômicas do Brasil e Argentina. Esta é primeira em mais de 60 anos em que o desempenho econômico argentino é superior ao Brasileiro. A Argentina empreende um programa de estabilização bem sucedido três anos antes do Brasil, com impacto positivo sobre o crédito e o poder aquisitivo. Por outro lado, o sucesso do processo de integração econômica com o Brasil têm um impacto favorável para o comércio e para a atração de investimentos internacionais. Quando o Brasil pós- Plano Real acelera seu processo de liberalização comercial associado a relativa valorização da taxa de câmbio, e endividamento externo e interno, tais políticas trazem consequências positivas para a Argentina. O plano brasileiro beneficia a Argentina (i) pelo crescimento das exportações deste país para o Brasil, e (ii) pelo impacto positivo de atração de investimento para a região.

Embora nos anos 90, pela primeira vez em décadas, o Brasil caminhasse decisivamente para implementação de políticas econômicas liberais e de integração passiva na economia mundial, uma diferença decisiva dividia os planos de estabilização Cavallo e Real: a política cambial. Política Cambial e Estratégia de Integração a economia internacional serão pontos decisivos no contencioso brasileiro- argentino nos últimos anos do século. Este ensaio, pretende, discutir alguns aspectos da relação de colaboração e de disputa entre o Brasil e Argentina, na sua dimensão histórica e no período recente.

2 O Plata: O Tempo e o Lugar do Encontro das Colonizações Portuguesas e

Espanholas

Durante dois séculos e meio as colonizações ibéricas desenvolveram-se na América do Sul de costas uma para outra. A grande riqueza das colônias espanholas era a mineração. O coração do Império Espanhol era o altiplano. Metais preciosos, principalmente prata, era sua riqueza. A mineração foi a base dos primeiros pólos de crescimento situados no Alto Peru e em Potosi, no que é hoje a Bolívia. Em torno deste mercado viabilizaram-se a ocupação permanente do Chile e do Norte da Argentina. O Centro administrativo dessa economia era Lima.

Somente no Século XVIII, com a decadência da mineração, o equilíbrio regional da atividade comercial deslocou os centros de cultura andina para as zonas habitadas anteriormente por tribos nômades e para o grande porto atlântico de Buenos Aires. (Macleod,1997,p.421) Em 1776 a criação do Vice-Reino do Plata, faz de Buenos Aires a capital de uma região hoje ocupada pela Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

A ocupação portuguesa no Brasil baseou-se principalmente na agricultura e no extrativismo até a descoberta do ouro nas Minas Gerais. Embora tenha expandido enormemente seu território desde o descobrimento até o tratado de Madri em 1750, a penetração portuguesa do vasto interior brasileiro criou apenas algumas poucas vilas, com reduzida população. A expansão territorial portuguesa foi possível pela ausência da presença espanhola nessas vastas regiões, que até hoje caracterizam-se pela pouca importância econômica.

Apenas no Plata portugueses e espanhóis se encontraram frente a frente. Antes da criação do novo Vice-Reinado, as relações entre os dois impérios se dava pela porta dos fundos. A Colônia de Sacramento era uma base de contrabando, e Buenos Aires era, ainda, periferia do Império. A ascensão de Buenos Aires faz o império virar-se para o Atlântico e encontrar de frente a grande colônia portuguesa.

Buenos Aires se firma no comércio e na Guerra. A independência das colônias espanholas na América, depois da invasão da Espanha por Napoleão, desagrega o Vice-Reinado do Plata. Paraguai, Bolívia e finalmente Uruguai seguem seus próprios caminhos. Buenos Aires, a cidade, sempre em conflito com a Província, supera as dificuldades levando a criação da Argentina. O Brasil é um ator importante no Plata. Adversário e aliado desse país, vive intensamente a formação das novas repúblicas do Cone Sul. Cooperação e conflito são marcas desta única região das Américas em que

os duas colonizações ibéricas viveram em contínua competição.

3 Desempenho Econômico e Relações Brasil-Argentina antes de 1930.

A Argentina a partir da segunda metade do século XIX, desenvolveu-se por linhas muito similares a países como o Canadá e a Austrália, segundo um modelo conhecido na literatura como crescimento derivado das exportações em países de colonização recente. Nestes países o dinamismo do setor exportador acarretou transformações estruturais que permitiram criar sociedades de elevada renda per capita onde o crescimento econômico baseou-se na diversificação de atividades vinculadas à exportação. Tal desempenho é produzido pela combinação de oferta elástica de recursos naturais, ausência de barreiras a expansão de atividades capitalistas, relativa escassez de mão-de-obra, complementada com imigração, e demanda elástica dos produtos primários exportados.

Nessas economias o aumento das exportações produzia importantes efeitos de encadeamento doméstico, e diversificação da atividade produtiva. Nos casos do Canadá e da Austrália a pequena propriedade e mecanismos de proteção do governo contribuíram para formar sociedades de elevado grau de equidade e excelente distribuição de renda e riqueza. No Canadá, por exemplo, o governo atraía imigrantes, oferecendo terra, apoio para aquisição de instrumentos de trabalho, sementes e assistência técnica. Na Austrália, o desenvolvimento de atividades como a produção de trigo, deu-se a partir de legislação desenvolvida especialmente para criar um grande número de pequenos produtores rurais. O governo colonial investiu para esse fim recursos na montagem de uma infraestrutura de ferrovias, de desenvolvimento e adaptação de novos tipos de plantas, e da disseminação de técnicas agrícolas adequadas a determinadas regiões.

Na Argentina as condições institucionais não foram tão favoráveis como as condições climáticas. Nesse país houve menos intervenção do governo, e quando chegou o grande fluxo migratório, a partir de 1860, as terras mais férteis estavam juridicamente ocupadas. Tal fato levou a característica institucional básica da expansão agropecuária argentina: os trabalhadores rurais na maior parte dos casos não eram proprietários, mas arrendavam as terras que cultivavam. Essas pequenas propriedades arrendadas conviviam com grandes propriedades rurais produtivas, que ocupavam uma parcela importante das terras pampeanas. (Ferrer, 1981 p.113)

O modelo agro-exportador argentino foi um sucesso inquestionável. Segundo

dados de Dias-Alejandro(1985, p.98,tabela 5.1), a renda per capita argentina era 2.2 superior a brasileira em 1880; alcançando 4.5 vezes em 1913. Nesse período esse país reduziu expressivamente seu setor de subsistência, fazendo-o muito menor relativamente que o Brasileiro. A educação básica na Argentina, embora muito inferior a Canadense e Australiana, era significativamente superior a brasileira. Em 1914, a população analfabeta com idade igual ou superior a quatorze anos na Argentina era de 36%. Em 1920 a taxa de analfabetismo comparável para o Brasil era de 65%.(ibid., p.104).

Diferentemente da Argentina, o Brasil no século XIX teve um desempenho econômico medíocre. Durante o século XIX as exportações per capita brasileiras em libras correntes cresceram apenas 0.6% a.a . Nos primeiros trinta anos do século XIX as exportações per capita caíram 1.1 ao ano. Não obstante entre os anos 30 e 40 ter havido recuperação nas exportações essas só retornaram ao nível das exportações da virada do século, na metade do século XIX. Na Segunda metade do século XIX as exportações per capita cresceram a taxa média anual de 1.2%. Este desempenho, mesmo elevado em comparação com o período anterior, foi insuficiente para produzir o impacto transformador que o comércio exterior gerou na Argentina, ou em outros países de colonização recente, como Austrália e Canadá. O crescimento do comércio exterior brasileiro neste período foi inferior a taxa média de crescimento per capita do comércio exterior mundial no século XIX que foi de 2.9% a a. e muito inferior a taxa de expansão do comércio exterior per capita mundial no seu período de aceleração máxima que foi de 4.3% entre 1840-1870. No Brasil e na Argentina a produção de produtos exportáveis estava nas mãos de cidadãos nacionais, embora nos dois países o comércio exterior fosse em grande medida realizado por empresas e empresários estrangeiros.

Apenas no século XX, em especial depois da primeira guerra mundial a distância no nível de desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina começa a diminuir. O desempenho excepcional das exportações de café no oeste paulista têm um importante impacto regional, produzindo, inclusive, efeitos de encadeamento de natureza industrial. Embora ao fim da década de 1920, ambos os países dependiam extensivamente de importações para atender sua demanda doméstica de produtos importados, o Brasil já tinha em alguns produtos uma base industrial muito superior a Argentina. Em têxtil, por exemplo, onde o Brasil já atendia nesse período mais de 2/3 do mercado doméstico, enquanto na Argentina estes ainda eram predominantemente

de origem estrangeira. Buenos Aires, contudo, ainda era o principal centro industrial do continente, muitas das empresas industriais eram de grande porte. O maior consumo local, compensava a diferença de população entre Argentina e Brasil. (Schvarzer, 1996,p.145).

A produção industrial argentina, no entanto, era derivada principalmente de sua atividade exportadora. Pouco antes da Primeira Guerra Mundial a demanda de carne na Europa ampliou enormemente o mercado para os estancieiros e frigoríficos argentinos. Schvarzer(1996,p.127) relata que a chegada de carne congelada em Viena, em 1910, foi um acontecimento na história da cidade. O carregamento foi vendido em minutos e a polícia teve de ser chamada para controlar a revolta de cidadãos insatisfeitos por não conseguir obter sua porção. França, Alemanha e Itália passaram a importar carne, e os frigoríficos tiveram de ser ampliados para atender esta nova demanda. A tecnologia empregada não era no entanto muito sofisticada. A compra do gado se fazia de maneira informal. A lei que passou a exigir a partir de 1923 que a venda deste fosse feita por kilo , e não por cabeça, levou muito tempo para ser implementada. Até mesmo equipamentos simples como balanças, demoraram a ser incorporados pelos frigoríficos, e o combate a febre aftosa foi lento, permitindo que os EUA proibissem a importação de carne argentina sob esta alegação, em benefício dos frigoríficos de Chicago.

A década de 1920 para a Argentina caracterizou-se por uma desaceleração no crescimento das exportações. Esta desaceleração pode ser em parte explicada pelas dificuldades econômicas de seu maior mercado o Reino Unido. Canadá, país em muitos aspectos similar a Argentina, também teve uma desaceleração de suas exportações tradicionais nesse período. A grande diferença entre os dois países é que este diversificou seu comercio exterior, com o aumento de produtos não tradicionais na sua pauta de exportação. A argentina manteve a composição de suas exportações, nos mesmos produtos tradicionais: carne, couros, lã e cereais. Diferentemente do Canadá, país que sustentou durante esta década política tarifária protecionista, a argentina manteve-se em uma política estrita de livre comércio, usando as tarifas de exportação exclusivamente para fins fiscais.

4-Substituição de Importações no Brasil e na Argentina

O excepcional desempenho da economia argentina nos cinquenta anos

compreendidos entre as décadas de 1870 e 1920, não se repetiu no período posterior a 1930. A Argentina mostrou pouca flexibilidade para mudar um modelo que tinha se esgotado com a Grande Depressão, levando pelo menos quinze anos mais que o Brasil para iniciar uma política de industrialização deliberada. Enquanto no Brasil a Revolução de 1930 reduziu o poder da velha oligarquia agro-exportadora, e lentamente começou a mover-se em direção a um maior apoio à iniciativas industriais, a revolução de setembro de 1930 na Argentina levou ao poder os grupos políticos Conservadores, defenestrados pelos radicais em 1916.

A crise mundial ameaçava o modelo exportador argentino, que fundava-se na relação privilegiada com a Grã-Bretanha e na extraordinária fertilidade dos Pampas. A situação ficou crítica quando a partir de 1932, este país concordou na Conferência de Ottawa, a privilegiar o comércio com seus domínios, em prejuízo das exportações argentinas. A resposta foi uma gestão diplomática que levou a assinatura do tratado Roca-Runciman. Por este acordo, A Grã-Bretanha fez concessões para viabilizar importações de carne da Argentina, em troca de importantes vantagens concedidas ao capital inglês investido no país. A maior delas foi a outorga do monopólio do transporte da cidade de Buenos Aires a um consórcio inglês, bloqueando pretensões norte-americanas de ampliar sua presença no país.(Romero 1997, p.144).

A partir de 1930 o mercado interno começou a absorver proporções crescentes da produção rural da zona pampeana. Se antes de 1930 a demanda mundial de produtos agropecuários de zona temperada era elevada e em contínua expansão, a partir da crise mundial a contração da demanda internacional, as práticas protecionistas e a formação de blocos, obrigavam a Argentina a negociar para colocar seus produtos, e restringiam sua liberdade de suas políticas comerciais domésticas.(Ferrer, 1981,p.183) A crise reduziu também as entradas de investimento internacional, com repercussões profundas no nível de ocupação e renda doméstica. A renda per capita diminuiu após 1929 em mais de 20%, e só em 1946 alcançou o nível anterior a crise, e o poder de compra das exportações não voltou por mais de três décadas a alcançar o nível de 1925-29. As exportações que nesse quinquênio representavam 24% do PIB, oscilaram depois na década de 1950 em cerca de 7% do PIB.(Ferrer, 1981,p.188).

O afastamento do regime conservador em 1943, e a ascensão de Peron em 1946, levou a Argentina a uma política radicalmente nacionalista. No primeiro governo peronista foi elaborado um plano quinquenal, e implementada várias medidas consideradas requisitos para o cumprimento do plano. Entre elas a regulamentação da

atividade bancária, a criação do Instituto Argentino de Promoción del Intercambio (IAPI) e nacionalização dos serviços públicos.(Dromi, 1996,p.13).

A dependência Argentina do mercado Europeu trazia problemas difíceis de serem superados. O país mantinha superavit com a Europa e déficit com os EUA. Ela precisava de dólares, mas recebia apenas libras, francos franceses ou lira inconversíveis. O colapso da Libra em agosto de 1947, contribuía para piorar a situação. Isto porque a Argentina apostava em uma rápida recuperação da Grã-Bretanha, isto é, no retorno a conversibilidade da libra e no resurgimento desse país como um grande exportador de produtos demandados pela Argentina. Esperava-se, assim compensar o peso econômico e político dos EUA, que impunha embargos às exportações da Argentina, em parte como represália a neutralidade durante a guerra, em parte devido sua tradicional política protecionista. Durante o governo de Peron a gestão econômica esteve claramente subordinada a sua estratégia política. Sua estratégia baseada em uma política externa independente, na intervenção estatal e na nacionalização de empresas estrangeiras não teve resultados espetaculares. Sua deposição em 1955 levou ao retorno dos conservadores, que reverteram rapidamente as políticas econômicas anteriores, embora Raul Prebisch, que foi chamado para fazer um plano econômico tenha recomendado conservar “os recortes superiores da intervenção”.(apud Romero, 1997,p.167)

No Brasil o período 1930-1955 foi um período de contínuo crescimento econômico, exceto no início do período durante a Grande Depressão. A taxa média de crescimento do PIB foi de 4.8% ao ano, mais do que o dobro da taxa equivalente argentina de 2.3% ao ano. Os Governos Vargas e mesmo o fraco governo Dutra obtiveram resultados econômicos superiores aos argentinos. As relações internacionais brasileiras, mesmo quando sob Vargas entravam em choque com interesses de grandes potências, foi sempre competente e capaz de realizar hábeis negociações. O Brasil participou da criação do FMI e do Banco Mundial, foi parte contratante na criação do GATT e participou ativamente das primeiras rodadas de negociação. A Argentina, ao contrário, só ingressou nas organizações de Bretton Woods em 1956, demorando também para inserir-se nos sistema multilateral de comércio.

Finalmente, durante os governos Frondizi(1958-62) e Kubitscheck(1955-60) Brasil e Argentina compartilharam governos desenvolvimentistas, onde políticas estruturalistas conviviam com um certo pragmatismo econômico. A colaboração

argentino-Brasileira foi intensa no período. Em janeiro de 1960 foi criada a ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio), que englobava todos os países Sul-Americanos, com exceção das Guianas, e o México. Em Abril de 1961, foi assinado na cidade de Uruguai, por Frondizi e Janio Quadros, um Tratado de Amizade e Colaboração que estabelecia um sistema de consultas entre esses governos, inclusive procurando estabelecer estratégias comuns de negociação com as grandes potências. Esta política de colaboração argentino-brasileira, no entanto, foi descontinuada com a renúncia de Janio e a deposição de Frondizi.

Nos últimos anos da década de 1960 e na década de 1970 verifica-se uma grande diferença nas taxas de crescimento do Brasil e da Argentina. O Brasil desenvolve um conjunto de políticas baseadas no estímulo a industrialização acelerada, em uma política de diversificação das exportações, que mantêm uma taxa elevada de crescimento econômico mesmo depois da eclosão da crise do Petróleo em 1973. A estratégia brasileira para enfrentar a crise mundial é completar seu processo de substituição de importações, com ênfase na indústria de insumos básicos e bens de capital. Este foi um período em que as exportações brasileiras tiveram um desempenho notável: entre 1970 e 1980 as exportações brasileiras saltaram de 2.7 bilhões de dólares, para 20.13 bilhões de dólares, o que implica em uma taxa de crescimento média anual de 22%. (Prado, 1999, p.183)

Neste mesmo período a Argentina apresentou um conjunto de políticas diferenciadas e contraditórias. Depois de um tumultuado período sob governo militar entre 1966-73, retornam os Peronistas ao poder. O retorno de Perón ao poder, não teve o brilho de outrora. A tragédia peronista, tomou a forma de uma grande farsa, onde não faltou a ascensão de sua nova mulher Maria Estela Martinez à presidência, depois de sua morte, e o poder da figura sinistra e folclórica de José Lopez Rega. Em Março de 1976 assumiu o governo, nomeado por uma junta militar, o general Jorge Rafael Videla. Este se manteve no cargo até 1981, quando foi substituído pelo General Marcelo Viola, que logo depois passaria o governo ao general Leopoldo Fortunato Galtieri.

Durante o governo Videla a Argentina empreendeu uma política fortemente liberal, em modelo similar estavam sendo praticadas pelo Chile e Uruguai no mesmo período. Observe-se que estas políticas foram implementadas na Argentina antes de ganhar a legitimidade internacional que obteve na década de 1980, depois dos governos Reagan e Thatcher. O diagnóstico realizado foi de que os problemas

econômicos da Argentina derivavam do abandono do modelo exportador e da economia aberta que caracterizaram este país até a grande depressão. Nesse sentido o governo empreendeu um conjunto de reformas em três etapas: a primeira (entre abril de 1976 e maio de 1978) de controle de salários e câmbio valorizado; a Segunda (1978-81) aproveitando a disponibilidade de capital externo e da maior abertura financeira para reduzir a inflação com controle cambial; e uma terceira (1981-83) onde o crescente endividamento, e a impossibilidade de sustentar a taxa de câmbio, levou a uma crise financeira com quebra de bancos e redução de reservas internacionais.

Tanto o Brasil como a Argentina viveram intensamente a crise da dívida da década de 1980. Entretanto o endividamento brasileiro correspondeu a um aumento da capacidade produtiva que levou a completar o processo de industrialização, com a formação de uma indústria diversificada e integrada. O endividamento argentino, foi em grande parte resultado da política do ministro Martinez de Hoz (1977-80), que tentou liberalizar as importações e manter o câmbio valorizado para controlar a inflação e aumentar a produtividade através da exposição das empresas domésticas a competição internacional. O fracasso desta política econômica viria antecipar em duas décadas o fracasso de sua reedição no Brasil e Argentina no fim da década de 1990. A dívida externa neste caso foi a contrapartida de um déficit em conta corrente, que foi produto não da importação de matérias primas ou bens de capital, mas do aumento da importação de bens de consumo e serviços consumidos no exterior, o que contribuiu para a falência ou fechamento de empresas e indústrias domésticas.

4 Brasil e Argentina na década de 1990: Caminhamos para onde?

Na década de 1990 o desempenho econômico argentino é, pela primeira vez em muitas décadas, superior ao Brasileiro. O Plano de Conversibilidade conseguiu reduzir a inflação de 1343,0 em 1990, para 0,1 em 1996. A combinação de reformas estruturais com estabilidade teve impacto positivo no crescimento da economia, sendo que no período 1990-1996 a taxa média anual do crescimento do PIB foi de 6%. Neste período o investimento foi um dos motores do crescimento da economia, elevando-se de 14% do PIB em 1990, para 23% em 1994. Uma parcela substancial do crescimento do investimento deveu-se a entrada de investimento direto estrangeiro, para privatizações e para a criação de novas unidades industriais. Na liderança desse processo estava a indústria automobilística, que se beneficiava de um regime especial

na Argentina, e de um tratamento privilegiado no âmbito do Mercosul. Por outro lado a produção de bens de capital, tratores e produtos intermediários para a indústria textil se reduziu consideravelmente. Por exemplo, a produção de bens de capital em 1994 foi de 64.7% do nível alcançado em 1990 e 74% mais baixa que em 1984. (Casburi, 1998, p.96-98)

Para analisar os resultados do Plano de conversibilidade pode-se dividi-lo em três etapas, a primeira (1991-1994) com um crescimento importante, a Segunda iniciada com a crise do peso mexicano e com a crise financeira de 1995, seguida por uma recuperação no período 1996-98); e uma terceira fase caracterizada pela crise gerada pela desvalorização do real.

Entre os aspectos singulares da economia argentina na década de 1990, está a opção pela integração com o Brasil, e a contínuo aumento da importância das importações brasileiras para a economia desse país. Entre 1990 e 1996 as exportações da Argentina para o Brasil cresceram a uma taxa de 29.2% a. a., elevando-se de 2.2 bilhões para 6.6 bilhões de dólares. Em 1997 Brasil absorvia 29.56% das exportações argentina, 277% maior que os EUA , que compravam apenas 7.8% das exportações desse país. Por outro lado, 50% das importações brasileiras da Argentina eram de produtos industrializados, enquanto essas representavam apenas 34% das importações norte-americanas.

TABELA I

ÍNDICES DE PREÇO AO CONSUMIDOR E CRESCIMENTO DO PIB

ANO	Preços/Varição Percentual	PIB/Taxa de Crescimento
1989	4.923,0	n.a
1990	1.343,0	-1,3
1991	84,0	10,5
1992	17,5	10,3
1993	7,4	6,3
1994	3,9	8,5
1995	1,6	-4,6
1996	0,1	4,3
1997	-0.3	7,0
1998	-2.9	3.8
1999(*)	-3,2	-3.0

(*)- Projeção baseada nos dados dos dois primeiros trimestres de 1999.

Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas e Censos (INDEC), The Economist,; Gabriel Casaburi, *Políticas Comerciais e Industriales de La Argentina desde la Década de 1960*, Cepal, 1999.

O Plano Real foi importante para a Argentina, uma vez que transformou um

déficit no comércio bilateral com o Brasil de 1696 bilhões de dólares em 1992, num superávit de 1309 bilhões já em 1995. Este superávit no comércio com o Brasil contribuiu para a melhoria do desempenho da Balança Comercial Argentina que passou de um déficit de 2.4 bilhões de dólares em 1993, para um superavit de 1.7 bilhões de dólares em 1995.

Nada disso foi suficiente para compensar a déficit em conta corrente da Argentina. Este que chegou a 10.9 bilhões de dólares em 1994, reduziu-se para 4.9 bilhões em 1995, e voltou a crescer 43% ao ano, para alcançar 14.7 bilhões de dólares em 1998. Embora a valorização do peso tenha sido expressiva, isto é pelo menos 27% no período 1991-1998 com os EUA, se comparado com a moeda brasileira, usando-se o IPA como indexador, a taxa de câmbio peso-real é aproximadamente a mesma em 1991 e em abril de 1999. Observe-se que o impacto recíproco entre a economia brasileira e a argentina é determinado por três variáveis: (i) o nível de atividade econômica; (ii)- o grau de liberalização tarifária e não tarifária no comércio regional e (iii) pela taxa de câmbio. Dessas o nível de atividade econômica é a que tem o maior impacto no comércio entre esses dois países. Isto é a demanda brasileira de produtos argentinos é elástica com relação ao nível de atividade e, embora variações cambiais tenham efeitos expressivos, esses são menores do que os gerados pela variação da taxa de crescimento do PIB. Dessa forma o Plano Real teve dois impactos positivos sobre a economia argentina: o primeiro devido a uma certa recuperação do nível de atividade no Brasil, como consequência das expectativas otimistas quanto ao sucesso da estabilização e o segundo, devido a política de valorização do real.

TABELA II
Taxa de Câmbio Real com os EUA, com uma Cesta de Moedas dos
Principais Parceiros Comerciais Argentinos e com o Brasil.
Abril 1991=1

ANO	EUA/IPC	EUA/IPA	Cesta/IPC	Cesta/IPA	Brasil/IPC	Brasil/IPA
1989	2,855	1,652	2,786	1,652	2,414	1,444
1990	1,681	1,248	1,705	1,262	1,735	1,355
1991	1,008	1,032	1,032	1,045	0,963	0,956
1992	0,820	0,975	0,866	1,006	0,713	0,823
1993	0,769	0,982	0,801	0,982	0,719	0,868
1994	0,757	0,988	0,807	1,023	1,001	1,094
1995	0,754	0,953	0,846	1,043	1,393	1,241
1996	0,775	0,942	0,819	0,958	1,507	1,165
1997	0,789	0,944	0,783	0,923	1,505	1,177
1998	0,792	0,966	0,774	0,923	1,437	1,169

1999/Jan	0,796	1,023	0,800	0,989	0,883	0,768
1999/Fev	0,799	1,024	0,781	0,968	8,808	0,746
1999/Mar	0,808	1,014	0,793	0,971	0,930	0,874
1999/Abril	0,814	1,013	0,788	0,958	1,043	0,951

Fonte: DNCI, Ministério de Economia y Obras y Servicios Públicos

IPC- Índice de Preço ao Consumidor

IPA- Índice de Preço no Atacado

A desvalorização do real em janeiro de 1999 teve um severo impacto na Argentina. Na verdade as conseqüências da recessão brasileira de 1998 sobre a economia argentina anteciparam as dificuldades adicionais que foram criadas pela crise cambial brasileira. Se já era difícil financiar um déficit em conta corrente de 14.7 bilhões de dólares, mantido um expressivo superávit no comércio bilateral com seu maior parceiro, uma redução das importações brasileiras, ou ainda a possibilidade de um déficit no comércio com este país criou uma situação insustentável.

O conjunto de restrições às importações com o Brasil, realizadas pela Argentina no período recente estão inseridas nesse contexto. Embora o comércio com o Brasil tem ainda um papel positivo na Balança de Pagamentos argentina, as dificuldades em se sustentar o déficit em conta corrente foram aumentadas pela mudança da política brasileira. Contudo, que não há sinais que o novo governo Argentino, venha a desvalorizar o peso. A taxa de câmbio fixa na Argentina tem um objetivo que ultrapassa o papel tradicionalmente atribuído na literatura econômica à política cambial. Seu principal papel é reduzir a flexibilidade da política econômica argentina, sendo que o dólar serve de base para transações de crédito internacionais, mas também para a grande maioria das transações financeiras domésticas em peso. Portanto, uma desvalorização do peso põe em risco não apenas os contratos dos que operaram com ativos denominadas em dólar, mas a maioria dos contratos domésticos denominados em peso, que usam contratualmente esta moeda como indexador.

Por outro lado, não há garantias que uma desvalorização do peso, com todo seu efeito desarticulador da economia doméstica, irá reduzir permanentemente o elevado déficit em conta corrente. Embora a recessão que tal deslocamento causaria à economia argentina teria um forte impacto nas importações, portanto podendo gerar um superávit comercial devido a redução dessas, uma eventual contaminação dos vizinhos com sua crise financeira, em especial do Brasil que é altamente vulnerável à instabilidade internacional, poderia Ter o impacto de reduzir também as exportações argentinas. Na verdade o déficit em transações correntes argentinas tem como base a

natureza da inserção internacional desse país. Nesse ponto a fragilidade Brasileira e Argentina têm raízes iguais: a liberalização da conta de capital e das barreiras tarifárias para países de fora da região, a privatização acelerada, e a crescente desnacionalização da economia, trazem custos elevados nas transações correntes, que não são compensadas pelo crescimento das exportações para os países industriais. Ao contrário, a redução sem reciprocidade de barreiras tarifárias e não tarifárias para os países industriais, e a pouca resistência ao protecionismo desses países, inviabiliza esta estratégia.

TABELA III
ARGENTINA: BALANÇA DE PAGAMENTOS –1992-1998

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Conta Corrente	-5.488	-8.003	-10.949	-4.936	-6.468	-12.036	-14.698
Mercadorias	-1.396	-2.364	-4.139	2.357	1.760	-2.123	-3.014
• Exportações	12.399	13.269	16.023	21.161	24.043	26.431	26.434
• Importações	13.795	15.633	20.162	18.804	22.283	28.554	20.446
Serviços	-2.463	-3.221	-3.692	-3.326	-3.366	-4.178	-4.386
Renda de Capitais	-2.371	-2.904	-3.524	-4.482	-5.278	-6.171	-7.687
Transferência	731	486	406	513	416	436	369
Conta de Capital	8.960	13.496	12.451	6.518	11.998	16.590	18.200
Setor Bancário	974	-1.694	2.056	4.447	-45	-1.456	3.296
Setor Público	1.268	7.055	3.969	5.717	8.880	7.932	9.260
Não Financeiro	6.718	8.135	6.426	-3.646	3.163	10.114	5.642
Setor Privado							
Não Financeiro							
Erros e Omissões	-198	-1.243	-820	-1.682	-1.648	-1.281	-64
Variação de Reservas	3.274	4.250	682	-102	3.882	3.273	2.438

Fonte: Ministério da Economia y Obras y Serviço Público da Argentina

Nessas circunstâncias alguns comentários sobre o Mercosul são inevitáveis. Este tratado contribuiu fortemente para a expansão do Comércio Regional. O Brasil transformou-se no maior parceiro comercial da Argentina, e este país transformou-se no segundo mercado para os produtos brasileiros. Este, no entanto, tem duas dimensões que transcende a esfera do comércio. Em primeiro lugar, o Mercosul criou uma área econômica integrada para investimento das Empresas Transnacionais (TNC) e realocização dos novos empreendimentos das empresas já estabelecidas na região. Em segundo lugar, este implica em aprofundar os graus de coordenação

macroeconômica e estratégias de desenvolvimento, para que políticas empreendidas em um país sejam compatíveis com as realizadas pelo outro. Contudo, as evidências disponíveis indicam que o ciclo econômico em cada um dos países têm sido principalmente associados a fatores internos a cada economia, havendo uma baixa associação entre as flutuações econômicas dos dois países. Isto não implica que possa-se ignorar os mecanismos de transmissão nos impulsos macroeconômicos recíprocos. Estes têm não apenas aumentado de intensidade, mas mudado de natureza, sendo que aspectos vinculados à fluxos internacionais de capitais, e a percepção de agentes econômicos que operaram com esses fundos têm sido um importante mecanismo de transformação de crises nacionais em crises regionais. Finalmente, os impactos são maiores na direção Brasil-Argentina do que o inverso, dada a assimetria das economias desses dois países.

A discussão em torno das Perspectivas do Mercosul têm sido alvo de constantes debates desde a assinatura do tratado de Assunção. Um dos aspectos dessa discussão é a indagação se a natureza dessa integração é qualitativamente das experiências passadas de integração. Isto é, se tal como no passado, o avanço do processo de integração seria perturbado por problemas domésticos dos países envolvidos uma vez que ocorressem mudanças na conjuntura internacional. As opiniões variavam oscilando entre ceticismo e diferentes graus de otimismo quanto ao futuro do acordo. O impacto da fragilidade cambial dos grandes países da região sobre o acordo vem no entanto reduzindo o otimismo da maioria dos analistas quanto ao futuro do acordo. A ausência de compromisso dos governos brasileiros e argentinos de negociar uma estratégia de desenvolvimento comum vem colocando em risco o Mercosul, e reduzindo a margem de manobra de cada país isoladamente. A integração econômica passa a ter sentido no Cone Sul, se esta é o reflexo de um projeto regional de desenvolvimento.

Sem algum grau de coordenação das políticas macroeconômicas dos países da região as dificuldades nas relações bilaterais serão crescentes. Algumas propostas que têm sido levantadas, tais como a criação de uma união monetária regional são profundamente irrealistas. Na verdade a escolha Argentina de reduzir sua flexibilidade de política econômica através do Plano de Conversibilidade, contrasta fortemente com a escolha brasileira de aumentar a flexibilidade as custas de algum grau de risco de aceleração inflacionária. A possibilidade do Brasil abandonar sua moeda por algum modelo de dolarização parece remota, e por outro lado, a

perspectiva de mudança do regime cambial argentino parece igualmente pouco provável. Contudo, algumas medidas poderiam contribuir para minimizar as consequências das políticas comerciais e cambiais divergentes.

No período de pós-guerra foi criado o EPU (European Payment Union) para permitir o comércio intra-europeu sem o uso de dólar. O sistema funcionava da seguinte maneira: todo mês os superávits e déficits bilaterais de cada país, em uma taxa de câmbio previamente acordada eram registrado pelo BIS (Bank for International Settlements, que funcionava como agente desses países. Estes créditos cumulativos eram ajustados ao final de um período, parte por financiamentos recíprocos e parte em moeda conversível. Um modelo similar de créditos recíprocos pode resolver o problema do comércio intra-mercosul, embora isto implica que os superávits regionais não poderiam ser usados para remessas na conta de capital ou pagamentos fora da região. Qualquer medida do gênero, implica, no entanto, grandes mudanças no estilo de governo da região.

1 Conclusão.

Brasil e Argentina durante a maior parte do século XX tiveram trajetórias distintas. O sucesso do desempenho econômico brasileiro no período 1930-1980 contrastava-se com a decadência relativa da Argentina. Na década de 1990, pela primeira vez Argentina e Brasil tiveram trajetórias parecidas na opção pelo abandono de políticas de crescimento derivado da ação do Estado e na implementação de reformas liberalizantes.

Neste modelo a Argentina foi mais bem sucedida que o Brasil, tendo pela primeira vez em décadas um desempenho melhor que este país. No entanto, desequilíbrios macroeconômicos e a fragilidade da inserção internacional dos dois países geraram grave crise econômica, caracterizada pelo crescimento econômico negativo ou nulo, aumento do desemprego e instabilidade cambial. Visto da década de 1990 a escolha brasileira de abandonar sua estratégia histórica de Crescimento Derivado da Ação do Estado mostrou-se como um absoluto fracasso. O país que multiplicou sua renda per capita por dez nos primeiros 80 anos do século, precisará mais de cem anos para dobrá-la às taxas de crescimento da década de 1990. Por outro lado, a opção argentina e brasileira de integração econômica trouxe novas oportunidades de crescimento intra-regional. Sem uma estratégia de desenvolvimento coordenada entre os dois países esta aproximação será mais um fator de instabilidade. As opções realizadas

nesta década implicam em fazer o futuro do Brasil e Argentina profundamente compartilhado, mesmo na hipótese do fracasso da experiência de integração econômica. Se este futuro terá a história de crescimento acelerado como foi na maior parte do século o Brasil, ou será caracterizado pelas baixas taxas de crescimento da Argentina no mesmo período, dependerão da capacidade desses países de aprender com o passado a construir o futuro.

2 Bibliografia

Alejandro, Carlos Díaz- “Argentina, Australia & Brazil before 1929” em Platt, D.C.M & Di Tella, Guido, Argentina, Austrália e Canada, The MacMillan Press, Oxford, 1985.

Casiburi, Gabriel- Argentina, Políticas Comerciales e Industriales desde la década de 1960, em CEPAL, Nuevas Políticas Comerciales en América Latina Y Asia, Santiago do Chile, 1999.

Dromi, Laura San Martinho – *Argentina Contemporânea de Perón a Meném*, Ediciones, Ciudad Argentina, Buenos Aires, 1996.

Ferrer, Aldo- la Economia Argentina, Las Etapas de Su Desarrollo y Problemas Actuales, Fondo de Cultura Economica, 1981.

Gonçalves, Reinaldo – ‘Ô Abre-Alas, A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.

Grien, Raúl- *La Integración económica como alternativa inédita para América Latina*, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1994.

Heyman, Daniel- *Interdependências y políticas macroeconômicas: reflexiones sobre el Mercosur*, mimeo., escritório da CEPAL, Buenos Aires, 1999.

Lavagna, Roberto, Comércio Exterior e Política Comercial no Brasil e na Argentina, mimeo., Buenos Aires, 1999. Cópia traduzida por Jeanne Sawaya e Catarina Eleonora F.da Silva.

Lewis, Colin- “Anglo-Argentine Trade, 1945-1965” em **Rock**, David, *Argentina in the Twentieth Century*, Duckworth e Co Ltd, London, 1975

Macleod, Murdo- “A Espanha e a América: o Comércio Atlântico-1492-1720”, em Bethel, L. *América Latina Colonial*, tradução da *Cambridge Economic History of Latin America*, ed. Edusp, 1997.

Ortiz, Ricardo M.- *Historia Económica de La Argentina*, Editorial Plus Ultra, Buenos Aires, 1987,

Prado, Luiz Carlos Delorme- “Mercosul como Opção Estratégica de Integração, Ensaio FEE, Porto Alegre, v.18, n.1, p.276-299, 1997.

Prado, Luiz Carlos Delorme- “O Fracasso do Desenvolvimento Brasileiro no Século XIX”, em *Anais da Anpec*, 1989, pp.1549-1598.

Prado, Luiz Carlos Delorme- *Brasil: Políticas Comerciales e Industriales: Evolución y Perspectivas em CEPAL, Nuevas Políticas Comerciales en América Latina Y Asia*, Santiago do Chile, 1999.

Romero, José Luiz- *Breve História de la Argentina*, Fundo de Cultura Econômica, 4ª edição, 1997.

Saretta, Fausto- “Brasil e Argentina: Uma comparação das políticas econômicas 1946-1955”, Artigo apresentado na *Segunda Jornada de História Econômica*, Asociación Uruguaya de Historia Económica, Montevideo, 21-23 de Julho de 1999.

Schvarzer, Jorge, *La Industria que Supimos Conseguir, Una Historia político-social de la industria argentina*, Editorial Planeta, Buenos Aires, 1996.

Waltkins, Melville- “A Staple Theory of Economic Growth”, em *Canadian Journal of Economics and Political Science*, XXIV, 1963,144.